

F M
H GM.



Aquaelvas – Águas de Elvas, S.A.

Relatório e Contas 2020



aquaelvas

Handwritten initials in blue ink: F, M, H.

ÍNDICE

1. RELATÓRIO DE GESTÃO	3
2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	15
3. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	20
4. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS.....	45



B
u
M.
G.



Relatório e Contas 2020

Senhores Acionistas,

Em cumprimento do disposto na Lei e nos Estatutos da Aqualvas - Águas de Elvas, S.A., submetemos à apreciação da Assembleia Geral, o presente Relatório de Gestão, Balanço Individual, Demonstração Individual de Resultados, Demonstração Individual dos Fluxos de Caixa, Demonstração Individual das Alterações no Capital e respetivo anexo, referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2020.



Handwritten initials in blue ink, possibly "M" and "P".



1. RELATÓRIO DE GESTÃO



u
v
p
GM.



ATIVIDADE DA EMPRESA



A Aqualvas - Águas de Elvas, S.A. é a empresa concessionária da Exploração e Gestão dos Sistemas de Distribuição de Água para Consumo Público e Recolha de Efluentes do Concelho de Elvas, por contrato celebrado a 11 de setembro de 2008, com o Município de Elvas e por um período de 30 anos.

A Concessão tem por objeto a exploração e a gestão dos serviços públicos municipais de distribuição de água para consumo público e de recolha de efluentes do Município de Elvas, incluindo a construção, extensão, reparação, renovação, manutenção e melhoria de todas as instalações, infraestruturas e equipamentos previstos no plano de investimentos dos sistemas concessionados.

Em 2017 foi assinada a alteração de Contrato de Concessão, passando a Concessionária a dispor de uma nova Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) e várias Estações Elevatórias, para sua gestão e manutenção.

Eventos Relevantes

Não ocorreram no período em análise acontecimentos que justifiquem a sua divulgação.

INVESTIMENTO

O Plano de Investimentos da Concessionária, com a alteração do Contrato de Concessão, atinge cerca de 7,7 milhões de Euros, a preços correntes, para todo o período de Concessão.

Além do mencionado Plano de Investimentos, a Aqualvas irá realizar, durante o período de vida da concessão, outros investimentos associados ao seu funcionamento corrente, no valor de aproximadamente 3,7 milhões de Euros.

Plano de Investimentos Executado

Em detalhe, o investimento acumulado em infraestruturas, realizado pela Aqualvas até ao final de dezembro de 2020 é o que se apresenta no quadro seguinte:



Handwritten initials and marks in blue ink at the top right corner of the page.



Relatório e Contas 2020

		Ano de 2020
Plano de Investimentos	Reforço das zonas do Bairro São Pedro, Carvalha e Revoltiho	138 677,82
	Conduta da Boa Fé (Rua Nossa Senhora de Fátima e Rua Mario Cidrais)	57 536,74
	Conduta da Calçadinha	473 539,09
	Telecomando e telecontrolo	523 311,22
	Acondicionamento dos depósitos de água potável	121 271,60
	Acondicionamento das instalações de água potável	179 151,23
	Acondicionamento dos poços/furos	60 635,80
	Acondicionamento das diferentes EBAP	172 260,80
	Renovação do parque de contadores	631 748,00
	SIG	100 000,00
	Sectorização	289 404,15
	Coletor Geral da Ribeira de Cêto	772 020,83
	Plano Investimento Adicional anual	96 739,89
	Subtotal	3 616 297,17
Realização de Benefeitorias oferecidas para os sistemas de Distribuição de Água para Consumo Público e de Recolha de Efluentes do Concelho de Elvas	Acondicionamento das diferentes EEAR	86 819,43
	Saneamento - Linha do Hospital	507 450,83
	Plano Diretor	30 000,00
	Saneamento - Avenida da Piedade, estrada de Santa Rita e Avenida António Sardinha	166 784,25
	Saneamento - Estrada e Loteamento da Carvalha	226 356,13
	Adução a São Lourenço	61 828,28
	Coletor do Bairro Europa e Rua de Portalegre	234 127,89
	Instalação da Estação de Tratamento de Água no Caia	23 011,68
	Coletor da Piedade. Troço de coletor junto ao restaurante "El Cristo"	73 858,48
	Interceptor da ribeira do Can-Cão	559 338,92
	Coletor Pluvial da Rua do Matadouro ao Lagar dos Frades	147 508,41
Remodelação coletores unitários entre Tv. Novo Espírito Santo, R. Padrão e o Beco do Quartel	147 006,50	
Subtotal	2 264 090,80	
Total	5 880 387,97	

No ano 2020 foi concluída a obra de remodelação da Conduta de Abastecimento de Santa Eulália, num valor total de 71.727,93 euros. Também foi realizada a remodelação da conduta de distribuição de Aldeia do Pombal e Monte Vistoso, num valor total de 24.479,55 euros.

Melhorias Fora do Plano de Investimentos

O detalhe relativo às melhorias não mencionadas no Plano de Investimento e realizadas durante o ano de 2020 é o seguinte:

Plano de redução de fugas

Foram efetuadas várias intervenções no âmbito do plano de deteção de fugas, tendo como objetivo a redução de fugas e a procura de fraudes. O Plano de deteção de fugas consiste em relacionar zonas de consumo e faturação com os volumes de água colocados nessas mesmas zonas, sendo que, perante rendimentos baixos é realizado um rastreio da rede de abastecimento através de equipamento específico e diminuindo as zonas de consumo através do fecho de válvulas.

De salientar que, a articulação desta melhoria com a de setorização, telecontrolo e telegestão, permitiu delimitar e seccionar zonas, bem como conhecer consumos diários de cada zona.



Handwritten initials in blue ink, possibly "M A" and "G.M.", located in the top right corner of the page.

Desmatização e limpeza junto a instalações da rede de abastecimento de água e saneamento

De forma a permitir um rápido e fácil acesso às instalações da rede de abastecimento de água e de saneamento, são anualmente realizados trabalhos de limpeza e desmatização da zona envolvente de alguns locais que requerem mais manutenção, tais como: captação Trinta Alferes, reservatório de Santa Eulália, CE4, CE5, reservatório do Caia, reservatório da Conceição, reservatório da Calçadinha e reservatório de Vila Boim.

Desratização e desbaratização

Anualmente são efetuadas quatro intervenções de desratização e quatro de desbaratização em toda a rede de saneamento com maior incidência nos descarregadores de tempestade situados imediatamente antes dos emissários. Não obstante, qualquer reclamação nos períodos intermédios dá sempre origem a intervenções pontuais nos locais afetados. Em total, no ano 2020 foram realizadas 29 ações de desbaratização e desratização.

ASPETOS TÉCNICOS

Qualidade da Água Distribuída

A qualidade da água distribuída pela Aqualvas, aos utilizadores do concelho de Elvas é verificada através de recolhas efetuadas periodicamente nos pontos de amostragem. As amostras foram analisadas por um laboratório externo, segundo calendarização do programa de controlo da qualidade da água (PCQA) para 2020. Este programa foi aprovado em 10 de dezembro de 2019 pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, estabelecido de acordo com a legislação em vigor à data de elaboração do documento, nomeadamente o Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 152/2017, de 7 de dezembro.



No ano de 2020 o cumprimento dos valores legislados foi de 99,50%. Num total de 828 parâmetros analisados ao longo do ano, apenas em 4 foram registados incumprimentos.

Volumes de água comprada e captada

Em 2020 o volume de água comprada foi de 1.390.252 metros cúbicos. Em relação à água captada durante este ano, o valor foi de 99.244 metros cúbicos. A água captada serve para fornecer zonas de abastecimento não servidas pela água em “alta”, sendo estas Caia, Casas Novas, Calçadinha e reforço à zona de Vila Boim.



U
A
GH.



Volume faturado por tipo de utilizador

Em 2020 verificou-se que o volume de água faturado diminuiu ligeiramente em relação ao ano de 2019. Em concreto, houve uma alteração do consumo da água, sendo que o volume de água que tradicionalmente era fornecido para o sector “não-doméstico” (empresas, restaurantes, hotéis, etc.) diminuiu consideravelmente (19%), ao mesmo tempo que o volume de água de tipo “doméstico” (casas, lares, etc.) teve um leve aumento no período em análise (3%).

De uma forma geral, o número total de clientes manteve-se praticamente inalterado durante o ano 2020.

Interrupções de fornecimento de água planeadas e não planeadas

Em termos operacionais, durante o ano ocorreram 151 interrupções no fornecimento de água, ocasionadas por reparações de condutas e ramais, das quais 12 afetaram o abastecimento num período superior a 6 horas.

Instalação de contadores

Foi realizado um estudo do parque de contadores existentes com uma amostra de contadores, do qual resultou uma campanha de substituição de 176 contadores por subcontagem. Para além destes foram ainda substituídos mais 26 contadores por antiguidade e 106 contadores por outras causas. Foram assim substituídos um total de 308 contadores durante o ano.

Intervenções na rede de água potável

O número total de intervenções realizadas na rede de abastecimento em 2020 foi de 244, sendo 102 em ramais de abastecimento e 142 em condutas. No que respeita aos ramais, 2 intervenções deveram-se a ocorrências provocadas por terceiros, enquanto que relativamente às condutas registaram-se 22 intervenções igualmente provocadas por terceiros. As restantes intervenções ficaram a dever-se a causas acidentais.

Por outro lado, foram reabilitados 8 ramais na Boa-Fé e construídos 34 novos ramais de abastecimento de água.

Durante o ano de 2020 foi remodelada a conduta de distribuição de Aldeia do Pombal e Monte Vistoso.

Volume de água residual tratada e bruta

No ano de 2020, o volume total de água residual que deu entrada nas ETAR geridas pela empresa Águas do Vale do Tejo foi 1.231.129 metros cúbicos, sendo que o volume total de água residual que deu entrada na ETAR de Vila Fernando, gerida pela Aquaelvas, foi 161.835 metros cúbicos.

Intervenções na rede de saneamento de águas residuais

Em 2020 contabilizaram-se um total de 322 intervenções na rede de saneamento. . Destas, 78 intervenções ocorreram em ramais de saneamento e 244 intervenções em coletores. As avarias registadas são quase na totalidade referentes a trabalhos de desobstrução.

Durante o ano foram construídos 8 ramais e reabilitados outros 6.



M
H
GM



Limpeza da rede de águas residuais e fossas

Além das intervenções para resolver anomalias no sistema, foram realizadas operações de limpeza e manutenção, das quais resultou a limpeza de 21.700 metros da rede de saneamento durante 2020.

Consumos energéticos e de reagentes

Durante 2020 foram consumidos um total de 785.473 kWh em todas as instalações de captação de água e estações elevatórias de água potável e um total de 45.190 kWh em todas as instalações elevatórias de águas residuais.

Tendo em conta a necessidade de desinfecção da água bruta, bem como a recloração da água comprada, foram consumidos 1.480 Kg de hipoclorito de sódio durante o ano.

SISTEMA DE GESTÃO DE QUALIDADE, AMBIENTE E SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO

A Aqualvas tem implementado o Sistema de Gestão da Qualidade e Ambiente, que está certificado de acordo com a norma ISO 9001 e norma ISO 14001, respetivamente, bem como o Sistema de Gestão de Segurança e Saúde no Trabalho, cuja base normativa de certificação passou a ser, em 2020, a norma ISO 45001.

A promoção e prevenção da segurança e saúde no trabalho é considerada um ponto fulcral no desenvolvimento das atividades diárias.

A avaliação e prevenção de riscos associados a cada atividade desenvolvida, é efetuada com uma periodicidade anual e sempre que se verificar qualquer alteração, nas condições existentes.



OBJETIVO ESTRATÉGICO/MISSÃO

A Aqualvas assumiu, como seu objetivo fundamental, a satisfação das necessidades de distribuição de água e de recolha de águas residuais da população do Município de Elvas, num quadro realista de sustentabilidade económica, financeira, técnica, social e ambiental.

Com a capacidade e o *know-how* do seu acionista, a Aqualvas apresentou e mantém até hoje, um projeto baseado em dois pilares fundamentais:

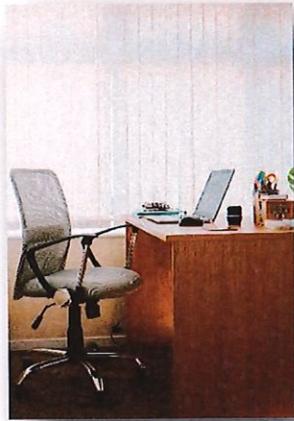
- Máxima Qualidade do Serviço Prestado através da utilização de tecnologia de ponta a par com uma estrutura de pessoal altamente qualificado;
- Excelência na assistência ao utilizador (Cliente).

A Aqualvas tem por missão a exploração e a gestão dos serviços públicos municipais de distribuição de água para consumo público e de recolha de efluentes do Município de Elvas, incluindo a construção, extensão, reparação, renovação, manutenção e melhoria de todas as instalações, infraestruturas e equipamentos previstos no plano de investimentos dos sistemas concessionados.





RECURSOS HUMANOS



A política de gestão de recursos humanos da Aqualvas é definida em relação direta com a estratégia do grupo FCC, no sentido de garantir a existência de um conjunto de procedimentos e ferramentas que contribuam diretamente para a melhoria dos processos de gestão e que permitam alcançar os objetivos do sistema de gestão da qualidade, segurança, ambiente e responsabilidade aos quais nos propusemos, assegurando o envolvimento de todos os colaboradores.

Neste sentido, a Aqualvas procura conciliar o interesse e os objetivos de cada colaborador com os da empresa, definindo princípios de melhoria contínua, investindo na formação, na motivação, bem como nas condições de trabalho e segurança.

O número médio de pessoas ao serviço da empresa foi, no período findo em 2020, de 21 pessoas (em 2019 foi igualmente de 21 pessoas).

ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

A evolução da situação económica da Aqualvas espelha, entre outras, a realidade de uma empresa com uma gestão orientada para o equilíbrio da exploração, a médio prazo, de um serviço de cariz público essencial, que procura níveis de atendimento e padrões de qualidade elevados, adotando uma política tarifária que vise promover no médio prazo o equilíbrio económico-financeiro sustentável da empresa.

A análise económica e financeira que a seguir se apresenta procura resumir os resultados e a situação financeira e patrimonial, alcançados pela Aqualvas no ano de 2020, devendo ser lida em conjugação com as demonstrações financeiras do período e as respetivas notas.

Volume de Negócios

O volume de negócios atingiu no final do período em análise, cerca de 3.517 milhares de Euros, em linha com o estimado no plano estratégico elaborado para o mesmo período.

Comparando o período atual com o anterior, regista-se um decréscimo na rubrica de Vendas e Serviços Prestados, de cerca de 2,17% (de 3.595.466,34 Euros em 2019 para 3.517.270,92 Euros em 2020) e a rubrica de rendimentos originados pela aplicação da NCRF 19, diminuiu a sua contribuição para o volume de negócios do período em análise (de 51.206,86 Euros em 2019 para 45.533,03 Euros em 2020).

Gastos e Perdas

O total dos gastos da Aqualvas, em 2020, foi de 3.596.949,58 Euros o qual, comparado com o período anterior, que foi de 3.440.342,51 Euros, representa um acréscimo de 4,55%. Estes valores não incluem o imposto sobre o rendimento.

A rubrica de custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas (CMVMC), na qual se inclui, para além dos materiais utilizados do inventário existente, o valor da compra de água referente ao período em análise, registou 1.537.962,53 Euros, representando cerca de 42,67% do total dos gastos do período. Comparativamente com o período anterior, a mesma registava 1.378.512,96 Euros, representando então



Handwritten initials in blue ink.

cerca de 40,07% do total dos gastos do período. A variação entre períodos da rubrica de custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas (CMVMC) foi de 11,57%.

A rubrica de fornecimentos e serviços externos (expurgada da aplicação da IFRIC 12 conjugada com a NCRF19 - Contratos de Construção) registou 1.119.753,97 Euros, representando cerca de 31,13 % do total dos gastos do período. Comparativamente com o período anterior a mesma registava 1.079.498,56 Euros, representando então cerca de 31,38% do total dos gastos do período. A variação entre períodos da rubrica de fornecimentos e serviços externos foi de 3,06%.

Os gastos com o pessoal, no montante de 418.332,82 Euros, representam cerca de 11,63% do total dos gastos do período. Comparativamente com o período anterior, a mesma rubrica registava 418.998,17 Euros, representando então cerca de 12,18% do total dos gastos do período. A variação entre períodos da rubrica gastos com o pessoal foi de -0,16%.

A rubrica de outros gastos registou em 2020 o valor de 88.409,42 Euros (2,46% do total dos gastos do período), tendo registado em 2019 o montante de 151.179,49 Euros (4,39% do total dos gastos do período).

O valor dos gastos com depreciações e de amortizações apresenta o valor de 288.142,35 Euros, para o período em análise, face a 285.648,90 Euros no período anterior, representando esta rubrica, relativamente ao total dos gastos, respetivamente 8,01% e 8,30%. A variação entre períodos da rubrica foi de -41,52%.

O valor da rubrica de juros e gastos similares suportados pela Aqualvas registou no ano de 2020 o montante de 55.720,30 Euros (equivalente a 1,55% do total dos gastos do período), que em comparação com o ano anterior, representa um decréscimo de 22,56%, quando a mesma rubrica em 2019 registava 71.949,20 Euros (equivalente a 2,09% do total dos gastos do período).

Rendimentos e Ganhos

O total dos rendimentos da Aqualvas foi em 2020 de 3.820.772,60 Euros o qual, comparado com o período anterior, que foi de 3.899.505,96 Euros, representa uma diminuição de 2,02%.

A rubrica de vendas e serviços prestados (sem a parte respeitante à realização do plano de investimentos) registou em 2020, 3.471.737,89 Euros que, comparado com o período anterior, revela um decréscimo de 2,05% face ao valor de 3.544.259,48 Euros de 2019.

A rubrica de outros rendimentos registou em 2020 o valor de 303.395,78 Euros; a mesma rubrica registava em 2019 o valor de 304.039,62 Euros. A variação entre períodos da rubrica foi de -0,21%.

Resultado Líquido do Período

O resultado líquido do período, que ascende a 194.961,12 Euros, representa uma diminuição face ao período anterior, que havia registado um resultado de 351.975,46 Euros.





M
A
GM.
P

Evolução dos Capitais Próprios

Relativamente à evolução da rubrica de capitais próprios da Aqualvas, a mesma apresenta no final do período de 2020 uma recuperação de 194.961,12 Euros.

Em 4 de dezembro de 2020 foi deliberado em Assembleia Geral aumentar o capital social da Empresa de 50.000 Euros para 3.160.000 Euros, sendo o aumento, de 3.110.000 Euros, efetuado pela emissão de trezentas e onze mil novas ações, nominativas, no valor nominal de 10,00 Euros cada, integralmente subscrito e realizado por conversão, em capital, de créditos da acionista sobre a sociedade.

Apesar dos desafios decorrentes da envolvente macroeconómica, claramente influenciados pela Pandemia de COVID-19, a Aqualvas continua confiante na sua estratégia para enfrentar os mesmos, mantendo-se fiel ao seu compromisso de crescimento sustentável.

Mesmo que dependentes da conjuntura económica nacional, principalmente pelas medidas adotadas pelo Governo Português, os resultados acima mencionados foram conseguidos através de uma constante monitorização e aplicação de medidas corretivas durante todo o período em análise neste relatório.

Rentabilidade

O resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA) registado, foi de 567.685,67 Euros relativamente ao período em análise, apresentando uma diminuição (30,50%) comparativamente com o período anterior.

Relativamente ao resultado operacional antes de gastos de financiamento e impostos (EBIT), o mesmo apresenta, face ao ano anterior, uma diminuição, situando-se no final de 2020 em 279.543,32 Euros.

	Ano 2020	Ano 2019
Rentabilidade do ativo total	2,43%	4,70%
Rentabilidade dos capitais próprios	4,35%	29,92%
Rentabilidade das vendas	5,54%	9,79%
EBITDA	567 685,67 €	816 761,55 €
EBIT	279 543,32 €	531 112,65 €

Estrutura Financeira

A análise da estrutura do Balanço, nos dois últimos anos, reflete uma tendência de melhoria entre as principais rubricas do ativo, capital próprio e passivo.

Em valores absolutos, os registos evidenciam que o ativo passou de 7.490.099,89 Euros em 2019 para 8.024.225,28 Euros em 2020.

Em termos desagregados, os capitais próprios melhoraram, passando de 1.176.331,48 Euros em 2019 para 4.481.292,60 Euros em 2020, tendo reforçado a sua importância na estrutura de capitais, passando de 18,63% para 126,49%. O passivo passou de 6.313.768,41 Euros em 2019 para 3.542.932,68 Euros em 2020.

Em 4 de dezembro de 2020 foi deliberado em Assembleia Geral aumentar o capital social da Empresa de 50.000 Euros para 3.160.000 Euros, sendo o aumento, de 3.110.000 Euros, efetuado pela emissão de trezentas e onze mil novas ações, nominativas, no valor nominal de 10,00 Euros cada, integralmente subscrito e realizado por conversão, em capital, de créditos da acionista sobre a sociedade.



Handwritten initials and signature in blue ink at the top right corner.



Ao nível dos principais indicadores financeiros, numa análise global dos mesmos, e conforme se pode comprovar pelo quadro abaixo, verificou-se em 2020, em termos percentuais, uma melhoria dos mesmos face ao ano de 2019:

	Ano 2020	Ano 2019
Capitais próprios	4 481 292,60 €	1 176 331,48 €
Passivo total	3 542 932,68 €	6 313 768,41 €
Passivo corrente	1 689 272,66 €	1 852 575,36 €
Ativo total	8 024 225,28 €	7 490 099,89 €
Autonomia financeira (Capitais próprios/Ativo total)	55,85%	15,71%
Solvabilidade (Capitais próprios/Passivo total)	126,49%	18,63%
Endividamento (Passivo total/Ativo total)	44,15%	84,29%
Estrutura do endividamento (Passivo corrente/Passivo total)	47,68%	29,34%

CONSEQUÊNCIAS E MEDIDAS NO ÂMBITO DA PANDEMIA POR COVID-19

A pandemia de COVID-19 teve um ligeiro impacto nas Demonstrações Financeiras, tanto do ponto de vista operativo, como do ponto de vista da liquidez da empresa.

As diferentes medidas tomadas pelo Governo Português relativas à abertura e encerramento de negócios, escolas, etc., durante o ano 2020, resultaram numa alteração do consumo da água, sendo que o volume de água que tradicionalmente era fornecido para o sector “não-doméstico” (empresas, restaurantes, hotéis, etc.) diminuiu consideravelmente, ao mesmo tempo que o volume de água de tipo “doméstico” (casas, lares, etc.) teve um aumento considerável no período em análise.

Em termos de gestão operacional, a crise gerada pelo COVID-19 teve um impacto limitado na empresa, uma vez que a atividade da Aqualvas é considerada como serviço essencial, não tendo existido praticamente interrupções na atividade ou perdas de rentabilidade na maior parte dos ativos.

Em termos de liquidez, a empresa manteve as contas bancárias equilibradas, apesar de se ter verificado uma diminuição nas cobranças e um aumento da dívida de clientes. Esta situação é devida principalmente às medidas adotadas pelo Estado Português para os serviços públicos, proibindo a interrupção do serviço de fornecimento de água e permitindo aos consumidores com pagamentos em atraso, solicitar à empresa um plano de pagamento em prestações (adequadas aos seus rendimentos atuais). Apesar destes factos, a empresa mantém uma posição financeira confortável contra qualquer possível défice de liquidez.

Como resultado da situação criada pela crise do COVID-19, a empresa procedeu a uma análise para verificação das principais rubricas que poderiam ser afetadas nas Demonstrações Financeiras, designadamente as seguintes:

- Ativos fixos tangíveis e intangíveis: foram revistos os valores dos ativos fixos tangíveis e intangíveis e provisionados no caso de existirem sinais de imparidade.
- Dívidas de clientes: não foram identificados problemas significativos, além dos mencionados anteriormente. Não existiram nas Demonstrações Financeiras perdas por imparidade materiais que não tenham sido registadas.
- Ativos por impostos diferidos: as assunções (tanto em termos operacionais como em termos fiscais) relativamente à recuperação deste ativos, contempladas em dezembro de 2019, foram atualizadas. Em qualquer caso, foi usado o mesmo critério que no ano anterior, uma vez que o impacto do COVID-19 não implica reversões dos ativos por impostos diferidos ou modificações significativas na sua valorização.
- Provisões: foram revistas e consideradas adequadas para cobrir todos os riscos considerados como prováveis.



W
D
GM
H

Com base em tudo o que foi exposto anteriormente e tendo em consideração o impacto limitado, as medidas tomadas para garantir que os ativos não se encontram em imparidade e a possível existência de défice de liquidez, a empresa preparou as Demonstrações Financeiras com base no princípio da continuidade das operações, uma vez que este não está em causa.

FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO PERÍODO

Não ocorreram acontecimentos subsequentes que impliquem ajustamentos e/ou divulgação nas contas do período.

EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DA ATIVIDADE

O Conselho de Administração da Aqualvas encontra-se em mandato para o triénio 2020-2022.

A Administração da Aqualvas está determinada em manter o esforço de implementação de reformas que contribuam para uma otimização de custos e uma maior eficiência dos serviços prestados.

Alicerçada na experiência do grupo empresarial em que se integra, na experiência adquirida ao longo dos últimos anos e na competência dos seus trabalhadores, não obstante a previsível crise económica e social com que o país se debaterá nos próximos tempos, a Aqualvas encara o futuro com grande resiliência e robustez, que lhe permitirão seguramente superar os novos desafios e alcançar os objetivos que se propõe.

DÍVIDAS À ADMINISTRAÇÃO FISCAL E À SEGURANÇA SOCIAL

A empresa não tem em mora qualquer dívida à Administração Fiscal, nem ao Centro Regional de Segurança Social ou a quaisquer outras entidades públicas.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

A Administração propõe que ao resultado líquido do período, que ascendeu a 194.961,12 Euros, seja dada a seguinte aplicação:

Para Reservas Legais: 9.748,06 Euros

Para Resultados Transitados: 185.213,06 Euros





AGRADECIMENTOS

O Conselho de Administração da Aqualvas aproveita a oportunidade para agradecer o empenho e a colaboração prestada por todos os Funcionários, Clientes, Fornecedores, Instituição Bancárias, e demais entidades que com a empresa se relacionaram.

Elvas, a 31 de março de 2021

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Luis Francisco de Lope Alonso

Presidente

Guillermo Moya García-Renedo

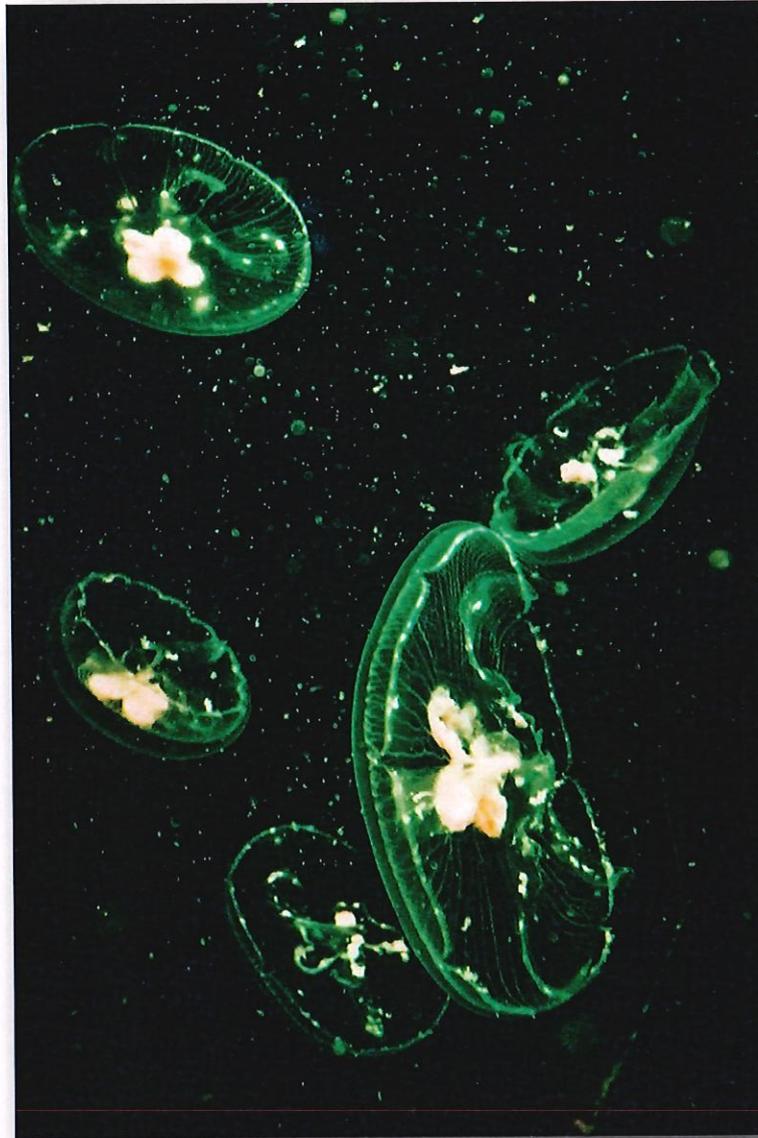
Jesús Rodríguez Sevilla

Vogal

Raquel Mendoza Quintana

Vogal

Handwritten initials and date: 12/12/20



2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS





4
12
6K.
P

AQUAELVAS - ÁGUAS DE ELVAS, S.A.
BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

Em euros

	NOTAS	2020	2019
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	6	35 368,66	10 354,97
Ativos intangíveis	6	5 210 673,30	5 494 891,85
Outros ativos financeiros		2 123,86	1 754,10
Ativos por impostos diferidos	7	205 250,37	195 444,46
subtotal		5 453 416,19	5 702 445,38
Ativo corrente			
Inventários	15	0,00	24 272,87
Clientes	9	973 208,77	961 604,10
Adiantamentos a fornecedores	12	3 362,77	0,00
Estado e outros entes públicos	8	94 282,69	8 362,61
Outros créditos a receber	9	687 574,74	394 503,59
Diferimentos	10	175 507,70	185 479,78
Caixa e depósitos bancários	4	636 872,42	213 431,56
subtotal		2 570 809,09	1 787 654,51
Total do ativo		8 024 225,28	7 490 099,89
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital subscrito	13	3 160 000,00	50 000,00
Outros instrumentos de capital próprio	13	352 000,00	352 000,00
Reserva legal	13	10 000,00	10 000,00
Resultados transitados	13	764 331,48	412 356,02
Resultado líquido do período	13	194 961,12	351 975,46
Total do capital próprio		4 481 292,60	1 176 331,48
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	6	1 853 660,02	1 899 193,05
Financiamentos obtidos	11	0,00	2 562 000,00
subtotal		1 853 660,02	4 461 193,05
Passivo corrente			
Fornecedores	12	1 310 586,80	980 003,75
Adiantamentos de clientes	9	41 143,54	13 077,16
Estado e outros entes públicos	8	12 148,91	9 754,65
Outras dívidas a pagar	12	325 393,41	849 739,80
subtotal		1 689 272,66	1 852 575,36
Total do passivo		3 542 932,68	6 313 768,41
Total do capital próprio e do passivo		8 024 225,28	7 490 099,89

O anexo faz parte integrante do balanço em 31 de dezembro de 2020

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Diogo Manuel Santos

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

R Mendes
[Signature]
[Signature]
[Signature]



AQUAEUVAS - ÁGUAS DE ELVAS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

Em euros

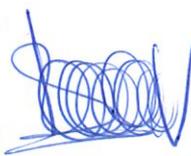
RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	2020	2019
Vendas e serviços prestados	14	3 517 270,92	3 595 466,34
Subsídios à exploração		105,90	-
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	15	(1 537 962,53)	(1 378 512,96)
Fornecimentos e serviços externos	16	(1 165 287,00)	(1 130 705,42)
Gastos com o pessoal	17	(418 332,82)	(418 998,17)
Imparidade de dívidas a receber ((perdas)/reversões)	9	(43 095,16)	(3 348,37)
Outros rendimentos	18	303 395,78	304 039,62
Outros gastos	19	(88 409,42)	(151 179,49)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		567 685,67	816 761,55
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	20	(288 142,35)	(285 648,90)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		279 543,32	531 112,65
Juros e gastos similares suportados	21	(55 720,30)	(71 949,20)
Resultado antes de impostos		223 823,02	459 163,45
Impostos sobre o rendimento do período	22	(28 861,90)	(107 187,99)
Resultado líquido do período		194 961,12	351 975,46

O anexo faz parte integrante da demonstração de resultados por naturezas do exercício findo em 31 de dezembro de 2020

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Trigo Manuel Santos

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Almeida






AQUAELVAS - ÁGUAS DE ELVAS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

Em euros

RUBRICAS	NOTAS	2020	2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		3 438 718,46	3 586 618,00
Pagamentos a fornecedores		(2 221 156,18)	(2 297 723,58)
Pagamentos ao pessoal		(418 798,25)	(420 497,19)
Caixa gerada pelas operações		798 764,03	868 397,23
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(105 196,04)	(245 186,02)
Outros recebimentos/pagamentos		(29 065,60)	(75 942,22)
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		664 502,39	547 268,99
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(27 452,19)	-
Ativos intangíveis		(146 987,59)	(893 949,75)
Recebimentos provenientes de:			
Subsídios ao investimento		105,90	-
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		(174 333,88)	(893 949,75)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Juros e gastos similares		(66 727,65)	(135 632,89)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		(66 727,65)	(135 632,89)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		423 440,86	(482 313,65)
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	213 431,56	695 745,21
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	636 872,42	213 431,56

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2020

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Ricardo Manuel Santos

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

R. Medeiros
[Signature]
[Signature]





AQUALVAS - ÁGUAS DE ELVAS, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Em euros

MOVIMENTOS NO EXERCÍCIO	NOTA	Capital subscrito	Outros instrumentos de capital próprio	Reserva legal	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total
Posição no início do período		50 000,00	352 000,00	10 000,00	20 952,61	391 403,41	824 356,02
Aplicação do resultado do período anterior	13				391 403,41	(391 403,41)	
Total dos aumentos/diminuições diretos no capital próprio		50 000,00	352 000,00	10 000,00	412 356,02		824 356,02
Resultado líquido do período						351 975,46	351 975,46
Posição no fim do período		50 000,00	352 000,00	10 000,00	412 356,02	351 975,46	1 176 331,48

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Em euros

MOVIMENTOS NO EXERCÍCIO	NOTA	Capital subscrito	Outros instrumentos de capital próprio	Reserva legal	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total
Posição no início do período		50 000,00	352 000,00	10 000,00	412 356,02	351 975,46	1 176 331,48
Aplicação do resultado do período anterior	13				351 975,46	(351 975,46)	
Total dos aumentos/diminuições diretos no capital próprio		50 000,00	352 000,00	10 000,00	764 331,48		1 176 331,48
Resultado líquido do período						194 961,12	194 961,12
Operações com detentores de capital no período:							
Outras Operações	13	3 110 000,00					3 110 000,00
Posição no fim do período		3 160 000,00	352 000,00	10 000,00	764 331,48	194 961,12	4 481 292,60

O anexo faz parte integrante da demonstração das alterações do capital próprio do exercício findo em 31 de Dezembro de 2020

O CONTABILISTA CERTIFICADO



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

aqualvas p.19

EM
M
GM.
H



3. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS





Handwritten initials and marks in blue ink at the top right corner of the page.

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Aqualvas - Águas de Elvas, S.A. (“Empresa” ou “Aqualvas”) é uma sociedade anónima, com sede na Praça da República, nº 12 em Elvas, constituída em 19 de agosto de 2008, no Cartório Notarial de Lisboa, tendo iniciado a sua atividade a 1 de maio de 2009, tendo como atividade principal a concessão da Exploração e Gestão dos Sistemas de Distribuição de Água para Consumo Público e de Recolha de Efluentes do Concelho de Elvas, incluindo esta atividade, a construção, extensão, reparação, renovação, manutenção e melhoria de todas as instalações, infraestruturas e equipamentos que compõem os sistemas concessionados, a realização de todas as obras necessárias à execução do plano de investimentos da concessão, bem como a realização de todos os atos necessários para a prossecução da sua atividade.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal em conformidade com o Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, republicado pelo Decreto-Lei nº 98/2015, de 2 de junho e de acordo com a estrutura conceptual, Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (“NCRF”) e Normas Interpretativas (“NI”) consignadas nos avisos 8254/2015, 8256/2015 e 8258/2015, de 29 de julho de 2015, as quais, no seu conjunto, constituem o Sistema de Normalização Contabilística (“SNC”). De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações será designado genericamente por “NCRF”.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As demonstrações financeiras da Aqualvas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidas de acordo com as NCRF em vigor à data da elaboração das demonstrações financeiras.

O Conselho de Administração procedeu à avaliação da capacidade da Empresa operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, nomeadamente tendo em consideração o mencionado na Nota 27, o Conselho de Administração concluiu que a Empresa dispõe de recursos adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

3.1 ATIVIDADE CONCESSIONÁRIA

A Empresa exerce uma atividade que consiste na prestação de serviços de interesse económico geral, indispensável ao bem-estar das populações, ao desenvolvimento das atividades económicas e à proteção do meio ambiente. Esta atividade é desenvolvida num enquadramento de melhoria contínua da prestação dos serviços públicos de distribuição de água para consumo público e de recolha de águas residuais. A mesma é desenvolvida num contexto definido pela legislação e regulamentação em vigor, pelo disposto nos contratos de concessão de serviço público celebrado com o Município, pelo período de 30 anos, e pelas disposições e recomendações emitidas pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR).

Como prestador de um serviço público, a Empresa opera num ambiente regulado. O regulador – ERSAR – nos termos da legislação em vigor, controla entre outros aspetos, a tarifa a cobrar pelos serviços prestados. No balanceamento do interesse público com o equilíbrio económico-financeiro das empresas





Handwritten blue notes:
 →
 W
 6M.

nos termos do contrato de concessão, o regulador pode tomar medidas com impacto negativo no *cashflow*, com todas as consequências adversas que daí resultam.

As tarifas a praticar pela empresa carecem de aprovação pelo órgão que exerce o poder concedente, mediante o parecer do regulador sobre a sua adequabilidade.

Tendo em conta a hierarquia definida na NCRF 4 – Políticas Contabilísticas e as circunstâncias específicas dos contratos de concessão em vigor, a Empresa adotou as regras internacionalmente aplicáveis às empresas que atuam em mercados com estas características (nomeadamente a IFRIC 12).

IFRIC 12

A concessão inclui uma infraestrutura já edificada pelo Município, a construção de novas infraestruturas, a manutenção das mesmas e a sua operação. No final do prazo, estas infraestruturas retornam ao concedente em pleno estado de utilização.

Por não deter o controlo sobre as infraestruturas, à luz do definido pela IFRIC 12 foi reconhecido, como contrapartida do valor a pagar ao Município, um ativo intangível correspondente a um direito de cobrar aos utilizadores da infraestrutura de uso público, uma vez que o risco da procura é assumido pelo concessionário. A Empresa estabeleceu contratualmente uma obrigação de efetuar um investimento inicial de 7.734 milhares de Euros (Nota 6).

De acordo com a IFRIC 12, caso a finalidade de tal investimento seja de manter ou restaurar a infraestrutura, a obrigação contratual deve ser reconhecida e mensurada de acordo com a NCRF 21, ou seja a melhor estimativa do valor presente do custo que será necessário para realizar a obrigação. Alterações subsequentes na mensuração da responsabilidade devem ser adicionadas ou deduzidas ao custo do ativo intangível.

Uma vez que a concessão contempla a prestação de mais do que um serviço – o de construção, modernização e renovação das infraestruturas e o de exploração e gestão da concessão, a Aqualvas reconhece o rédito e os gastos relacionados com a construção das infraestruturas concessionadas de acordo com a NCRF 19 – Contratos de Construção, o qual se materializa num direito de cobrar aos utilizadores por um serviço público, e o rédito e os gastos relacionados com a operação de acordo com a NCRF 20 – Rédito. De salientar que o direito de cobrar aos utilizadores por um serviço público não se traduz num direito incondicional de receber uma determinada quantia, porque os montantes estão condicionados ao facto de os utilizadores utilizarem o serviço.

3.2 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As taxas de depreciação utilizadas correspondentes aos seguintes períodos de vida útil estimada:



Handwritten initials and marks in blue ink at the top right corner.



	Vida Útil
Grupo 2 - Instalações	8 a 10 anos
Grupo 3 - Máquinas, aparelhos e ferramentas	1 a 8 anos
Grupo 4 - Material rolante ou de transporte	4 anos
Grupo 5 - Elementos diversos	3 a 8 anos

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

3.3 ATIVOS INTANGÍVEIS

Nos termos do contrato de concessão, a concessionária reconhece um ativo intangível na medida em que lhe seja conferido o direito (licença) de cobrar um preço aos utentes do serviço público. Como no presente acordo de concessão a concessionária é remunerada em relação aos serviços de construção, modernização e renovação das infraestruturas com base num ativo intangível, o ativo intangível tem por base o reconhecimento dos gastos de construção, modernização e renovação das infraestruturas incorridos, na percentagem na proporção do total do investimento estabelecido com o município.

O ativo intangível é amortizado numa base linear, sendo as amortizações calculadas tendo por base o prazo da concessão previsto no estudo de viabilidade económico-financeira, ou seja, 30 anos.

3.4 IMPARIDADE DE ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

Sempre que exista algum indicador que os ativos fixos tangíveis possam estar em imparidade, é efetuada uma estimativa do seu valor recuperável a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso). Quando não é possível determinar o valor recuperável de um ativo individual, é estimado o valor recuperável da unidade geradora de caixa a que esse ativo pertence.

O valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa consiste no maior de entre: (i) o justo valor deduzido do custo para vender; e (ii) o valor do uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo ou da unidade geradora de caixa relativamente as quais as estimativas e os fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustados.

Sempre que o valor líquido contabilístico do ativo ou da unidade geradora de caixa for superior ao seu valor recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados, salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados.



E
M
P
G



A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite do montante que estaria reconhecido (líquido de amortizações) caso a perda não tivesse sido registada.

3.5 IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Os impostos sobre o rendimento correspondem à soma do imposto corrente com os impostos diferidos. O imposto corrente e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio. Nestes casos, os impostos diferidos são igualmente registados no capital próprio.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base no lucro tributável do período. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em períodos subsequentes, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis de acordo com as regras fiscais em vigor.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

São reconhecidos ativos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis, porém tal reconhecimento unicamente se verifica quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos. Em cada data de relato é efetuada uma revisão desses ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

Os ativos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que estejam formalmente emitidas na data de relato.

A compensação entre ativos e passivos por impostos diferidos apenas é permitida quando: (i) a Empresa tem um direito legal de proceder à compensação entre tais ativos e passivos para efeitos de liquidação; (ii) tais ativos e passivos se relacionam com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal; e (iii) a Empresa tem intenção de proceder à compensação para efeitos de liquidação.

3.6 INVENTÁRIOS

Os inventários são registados ao menor de entre o custo e o valor líquido de realização. O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários aos inventários e para efetuar a sua venda. Nas situações em que o valor de custo é superior ao valor líquido de realização, é registada uma perda por imparidade pela respetiva diferença. As variações do período nas perdas por imparidade de inventários são registadas em resultados.

3.7 CAPITAL PRÓPRIO

Capital subscrito

Em cumprimento do disposto no art.º 272 do Código das Sociedades Comerciais (CSC) o contrato de sociedade indica o prazo para realização do capital subscrito e não realizado à data da escritura.

Outros instrumentos de capital próprio

Esta rubrica inclui prestações acessórias que foram efetuadas pelos acionistas, na sequência de deliberação em Assembleia Geral, e que ficaram sujeitas ao regime das prestações suplementares. De



Handwritten initials and marks in blue ink at the top right corner of the page.

acordo com este regime, tais prestações não vencem juros (art.º 210 do CSC), não têm prazo de reembolso definido (art.º 211 do CSC) e só podem ser reembolsadas se, após o seu reembolso, o capital próprio não ficar inferior à soma do capital e da reserva legal (art.º 213 do CSC).

Reserva Legal

De acordo com o art.º 295 do CSC, pelo menos 5% do resultado tem de ser destinado à constituição ou reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital social. A reserva legal não é distribuível a não ser em caso de liquidação e só pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para incorporação no capital social (art.º 296 do CSC).

Resultados transitados

Esta rubrica inclui os resultados dos períodos anteriores, para os quais não existe uma deliberação específica sobre a sua aplicação (se lucros), ou cobertura (se prejuízos).

Resultado líquido do período

Esta rubrica inclui os ganhos e perdas reconhecidos no período.

3.8 ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os ativos financeiros e os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas de imparidade acumuladas, quando sejam à vista ou tenham maturidade definida, tenham associado um retorno fixo ou determinável, e não sejam ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

O custo amortizado corresponde à quantia pela qual um ativo financeiro ou passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, menos os reembolsos de capital, mais ou menos a amortização cumulativa, usando o método da taxa de juro efetiva, de qualquer diferença entre essa quantia inicial e a quantia na maturidade. A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro.

Os ativos e passivos financeiros ao custo amortizado incluem:

- Clientes;
- Outros créditos a receber;
- Diferimentos;
- Fornecedores;
- Adiantamentos de clientes; e
- Outras dívidas a pagar.



Handwritten initials and marks in blue ink.



Caixa e equivalentes a caixa

A rubrica de caixa e seus equivalentes inclui os valores de caixa, depósitos à ordem e descobertos bancários, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Imparidade de ativos financeiros

Os ativos financeiros classificados na categoria “ao custo amortizado” são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados negativamente.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e o valor presente dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respetiva taxa de juro efetiva original.

As perdas por imparidade são registadas em resultados no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados.

Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A Empresa desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram, ou quando transfere para outra entidade os ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos. São desreconhecidos os ativos financeiros transferidos relativamente aos quais a Empresa reteve alguns riscos e benefícios significativos, desde que o controlo sobre os mesmos tenha sido cedido.

A Empresa desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

3.9 RÉDITO

Os rendimentos decorrentes de vendas são reconhecidos na demonstração dos resultados quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador e o montante dos rendimentos possa ser razoavelmente quantificado. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes, pelo seu justo valor do montante a receber.

Os rendimentos resultantes das prestações de serviços são reconhecidos na demonstração dos resultados em função do grau de execução do serviço, ou no caso dos contratos de manutenção no período de vigência dos contratos. As prestações de serviços são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes, pelo justo valor do montante a receber.

3.10 ESPECIALIZAÇÃO DOS PERÍODOS

Os gastos e rendimentos são reconhecidos no período a que dizem respeito, de acordo com o princípio da especialização dos períodos, independentemente do momento em que as transações são faturadas. Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido são estimados.



B
N
D
A
M



Os gastos e rendimentos imputáveis ao período corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em períodos futuros, bem como as despesas e receitas que já ocorreram, mas que respeitam a períodos futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses períodos, pelo valor que lhes corresponde, são registados nas rubricas de diferimentos.

3.11 PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Provisões

São reconhecidas provisões apenas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra um exfluxo económico e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletirem a melhor estimativa a essa data.

Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota.

Ativos contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

3.12 ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

3.13 GESTÃO DO RISCO

O risco financeiro ao qual se encontra exposta a empresa é pouco diverso, envolvendo apenas taxas de juro e crédito concedido.

O risco de crédito é muito limitado uma vez que o principal cliente são entidades de baixo risco, não se justificando economicamente a constituição de seguro de crédito.

3.14 JUÍZOS DE VALOR CRÍTICOS E PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZA ASSOCIADAS A ESTIMATIVAS

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam o valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como os rendimentos e gastos do período.



E
12
HOM.



As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

- Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis;
- Imparidade de créditos a receber;
- Acréscimos de rendimentos e gastos.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O detalhe de caixa e seus equivalentes constantes das demonstrações dos fluxos de caixa do período findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 era:

	Ano 2020	Ano 2019
Caixa	1 500,00 €	4 750,00 €
Depósitos à ordem		
Banco Santander Totta	81 152,41	80 076,74 €
Caixa Geral de Depósitos	554 220,01	128 604,82 €
Saldo de caixa e equivalentes de caixa	636 872,42 €	213 431,56 €

5. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, não ocorreram quaisquer alterações de políticas contabilísticas ou alterações significativas de estimativas, nem foram identificados erros que devessem ser corrigidos.





Handwritten initials in blue ink.

6. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o movimento ocorrido no valor dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

ATIVO BRUTO TANGÍVEL	Saldo em 31.12.2019	Aumentos	Abates e Alienações	Saldo em 31.12.2020
Ativos fixos tangíveis				
Equipamento básico	112 797,25 €	28 937,49 €	0,00 €	141 734,74 €
Equipamento administrativo	28 235,01 €	0,00 €	(1 243,00) €	26 992,01 €
Total	141 032,26 €	28 937,49 €	(1 243,00) €	168 726,75 €
AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	Saldo em 31.12.2019	Aumentos (Nota 20)	Abates e Alienações	Saldo em 31.12.2020
Ativos fixos tangíveis				
Equipamento básico	102 442,28 €	3 923,80 €	0,00 €	106 366,08 €
Equipamento administrativo	28 235,01 €	0,00 €	(1 243,00) €	26 992,01 €
Total	130 677,29 €	3 923,80 €	(1 243,00) €	133 358,09 €
Saldo líquido	10 354,97 €	25 013,69 €	0,00 €	35 368,66 €

ATIVO BRUTO TANGÍVEL	Saldo em 31.12.2018	Aumentos	Abates e Alienações	Saldo em 31.12.2019
Ativos fixos tangíveis				
Equipamento básico	102 532,55 €	10 264,70 €	0,00 €	112 797,25 €
Equipamento administrativo	28 235,01 €	0,00 €	0,00 €	28 235,01 €
Total	130 767,56 €	10 264,70 €	0,00 €	141 032,26 €
AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	Saldo em 31.12.2018	Aumentos (Nota 20)	Abates e Alienações	Saldo em 31.12.2019
Ativos fixos tangíveis				
Equipamento básico	101 011,93 €	1 430,35 €	0,00 €	102 442,28 €
Equipamento administrativo	28 235,01 €	0,00 €	0,00 €	28 235,01 €
Total	129 246,94 €	1 430,35 €	0,00 €	130 677,29 €
Saldo líquido	1 520,62 €	8 834,35 €	0,00 €	10 354,97 €



B
M
H
M



Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o movimento ocorrido no valor dos ativos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

ATIVO BRUTO INTANGÍVEL	Saldo em 31.12.2019	Aumentos	Saldo em 31.12.2020
Ativos intangíveis em Firme	7 734 047,98 €	0,00 €	7 734 047,98 €
Total	7 734 047,98 €	0,00 €	7 734 047,98 €

AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	Saldo em 31.12.2019	Aumentos (Nota 20)	Saldo em 31.12.2020
Ativos intangíveis em Firme	2 239 156,13 €	284 218,55 €	2 523 374,68 €
Total	2 239 156,13 €	284 218,55 €	2 523 374,68 €
Saldo líquido	5 494 891,85 €	(284 218,55) €	5 210 673,30 €

ATIVO BRUTO INTANGÍVEL	Saldo em 31.12.2018	Aumentos	Saldo em 31.12.2019
Ativos intangíveis em Firme	7 734 047,98 €	0,00 €	7 734 047,98 €
Total	7 734 047,98 €	0,00 €	7 734 047,98 €

AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	Saldo em 31.12.2018	Aumentos (Nota 20)	Saldo em 31.12.2019
Ativos intangíveis em Firme	1 954 937,58 €	284 218,55 €	2 239 156,13 €
Total	1 954 937,58 €	284 218,55 €	2 239 156,13 €
Saldo líquido	5 779 110,40 €	(284 218,55) €	5 494 891,85 €

Provisões

As provisões registadas são referentes, essencialmente, ao montante do investimento que, em 31 de dezembro de 2020 e 2019, se encontra em falta efetuar face ao valor total do investimento inicialmente previsto e contratualizado (7.734.047,98 Euros), no âmbito da concessão (corresponde a uma obrigação contratual, reconhecida em contrapartida de ativos intangíveis).

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o movimento ocorrido no valor das provisões, foi o seguinte:

	Ano 2020	Ano 2019
Saldo inicial	1 899 193,05 €	1 950 399,91 €
Aumentos	0,00 €	0,00 €
Diminuições		
Plano de Investimento (Nota 14 e 16)	(45 533,03) €	(51 206,86) €
Saldo final	1 853 660,02 €	1 899 193,05 €





Handwritten notes in blue ink:
 JE
 11/12
 4/01

7. IMPOSTOS DIFERIDOS

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o movimento ocorrido nos ativos por impostos diferidos foi conforme segue:

	Ano 2020	Ano 2019
	Ativos por impostos diferidos	Ativos por impostos diferidos
Saldo inicial	195 444,46 €	184 830,41 €
Efeitos na demonstração de resultados		
Aumento/(Redução) de ajustamentos não aceites para efeitos fiscais (Nota 22)	9 805,91 €	10 614,05 €
Total dos efeitos na demonstração de resultados	9 805,91 €	10 614,05 €
Saldo final	205 250,37 €	195 444,46 €

A taxa de imposto utilizada para a valorização das diferenças tributárias à data do período findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 foi de 21%, acrescida de derrama municipal.

Os ativos por impostos diferidos respeitam a diferenças de critério contabilístico e fiscal na amortização de ativos intangíveis.

8. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a rubrica de “Estado e outros entes públicos” apresentava a seguinte composição:

	Ano 2020	Ano 2019
Ativo		
Imposto sobre o rendimento de pessoas coletivas		
Imposto sobre o rendimento do período (Nota 22)	(38 667,81) €	(117 802,04) €
Pagamentos por conta (Nota 22)	106 653,00 €	119 259,00 €
Imposto sobre o valor acrescentado	26 297,50 €	6 905,65 €
Total	94 282,69 €	8 362,61 €
Passivo		
Retenção de impostos sobre o rendimento de pessoas singulares		
	3 302,18 €	3 093,45 €
Contribuições para a segurança social e CGA	8 758,55 €	6 440,19 €
Outros impostos	88,18 €	221,01 €
Total	12 148,91 €	9 754,65 €



ES
N 17
K 01.



9. CLIENTES E OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a rubrica de “Clientes” apresentava a seguinte composição:

	Ano 2020	Ano 2019
Cientes		
Clientes C/C	1 049 688,24 €	994 988,41 €
Perdas por imparidade acumuladas	(76 479,47) €	(33 384,31) €
Total	973 208,77 €	961 604,10 €

O elevado montante da rubrica de clientes está relacionado com o cliente Município de Elvas. O valor em dívida a 31 de dezembro de 2020 deste cliente ascende a 488.659,08 Euros (em 2019 era de 489.071,58 Euros), sendo que corresponde, quase na sua totalidade, a 35% de desconto na compra de água dos meses de agosto 2017 a janeiro de 2019, conforme a alteração ao contrato de concessão assinado em 2017.

Em 31 de dezembro de 2020, o cliente Município de Elvas também apresenta faturas em dívida relacionadas com abastecimento e saneamento no total de 33.937,41 Euros.

Perdas por imparidade

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o movimento ocorrido nas perdas por imparidades acumuladas de contas a receber foi como segue:

	Ano 2020	Ano 2019
Saldo inicial	(33 384,31) €	(30 035,94) €
Reforço	(54 324,50) €	(28 089,35) €
Reversão	11 229,34 €	24 740,98 €
Saldo final	(76 479,47) €	(33 384,31) €
Varição Ano	(43 095,16) €	(3 348,37) €

Outros créditos a receber

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a rubrica de “Outros créditos a receber” apresentava o seguinte detalhe:

	Ano 2020	Ano 2019
Outros créditos a receber		
Devedores por acréscimos de rendimentos		
Estimativa de produção pendente de faturação	101 078,96 €	105 265,45 €
Desconto compra de água pendente de faturação	570 072,94 €	272 552,32 €
Outros devedores - Cauções	16 422,84 €	16 422,84 €
Fornecedores saldos devedores	0,00 €	262,98 €
Total	687 574,74 €	394 503,59 €

O valor da rubrica estimativa de produção pendente de faturação, acima mencionado, corresponde à especialização do exercício na parte de receitas, que respeitam ao desfazamento temporal, entre a faturação e a contagem real dos consumos efetuados no mês de dezembro de 2020.

A rubrica “Desconto compra de água”, no montante de 570.072,94 Euros (em 2019: 272.552,32 Euros), refere-se aos rendimentos a faturar relacionados com o desconto na compra de água acordado com o Município de Elvas relativo aos meses de fevereiro 2019 a dezembro de 2020 (Notas 15, 18 e 26).



E
S
V
H
M.



Adiantamentos de clientes

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a rubrica de “Adiantamentos de clientes” apresentava o seguinte detalhe:

	Ano 2020	Ano 2019
Adiantamentos de clientes	41 143,54 €	13 077,16 €
Total	41 143,54 €	13 077,16 €

10. DIFERIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a rubrica de “Diferimentos” apresentava o seguinte detalhe:

	Ano 2020	Ano 2019
Diferimentos		
Gastos a reconhecer	7 687,03 €	8 335,84 €
Gastos a reconhecer - Saneamento	167 820,67 €	177 143,94 €
Total	175 507,70 €	185 479,78 €

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a rubrica “Diferimentos – Gastos a reconhecer - Saneamento” inclui faturas relativas a compra de água de saneamento, referentes ao período de 2017, que apenas começaram a ser reconhecidas como gasto a partir de janeiro de 2018 (momento da correspondente atualização de tarifas) e até ao final da concessão.

11. PARTES RELACIONADAS

A Empresa faz parte do Grupo FCC através da participação, desde dezembro de 2020, de 100,00 % da empresa AqualiaPortugal S.A., a qual por sua vez, é detida pela FCC Aqualia, S.A. (FCC Aqualia). As contas da sociedade são incluídas na consolidação de contas do Grupo FCC.

Em 31 de dezembro de 2019, a Empresa era diretamente detida pela FCC Aqualia, S.A. (FCC Aqualia).

A partir do Acordo-Quadro de Reestruturação e do Contrato de Financiamento subscrito por um grupo de empresas liderado pela FCC, S.A. (FCC) e entre as quais se encontra a Aqualias e a quase totalidade dos seus credores financeiros, em 26 de junho de 2014 procedeu-se à assinatura de um contrato de empréstimo empresa a FCC e a Empresa. Adicionalmente, em fevereiro de 2017, a FCC Aqualia, tomou a posição da FCC, pelo que a Empresa deixou de ser garante no acordo de refinanciamento subscrito em 2014 entre a FCC e a quase totalidade dos seus credores financeiros.

Em 24 de fevereiro de 2017 o empréstimo, no montante total de 987.000 Euros, foi assumido pela FCC Aqualia, com vencimento em 08 de junho de 2022 e com uma taxa de juro de 3,25%.

No que concerne ao financiamento de 1.575.000 Euros refere-se a um contrato de suprimentos contraído por um ano, renovável automática e sucessivamente por iguais períodos, o qual vence a 31 de janeiro de cada ano. A renovação ocorre caso não haja comunicação prévia do acionista, com pelo menos, 45 dias de antecedência. O mesmo vence juros indexados à Euribor a 3 meses acrescida de 3%.

Em dezembro de 2020, o acionista deliberou efetuar a conversão de empréstimos concedidos à Empresa em capital social (Nota 13).



Handwritten initials and numbers: "E", "17", "4", "11".



A 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Empresa apresenta os seguintes saldos com partes relacionadas:

SALDOS	Ano 2020			Ano 2019		
	Fornecedores (Nota 12)	Financiamentos obtidos - Não Corrente	Outras dívidas a pagar - Corrente (Nota 12)	Fornecedores (Nota 12)	Financiamentos obtidos - Não Corrente	Outras dívidas a pagar - Corrente (Nota 12)
FCC Aqualia S.A. - Sucursal em Portugal	28 105,09 €	0,00 €	24 479,55 €	32 540,48 €	0,00 €	534 081,53 €
AqualiaPortugal S.A.	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Hidrotec, Tecnología del Agua, S.L.U.	3 718,73 €	0,00 €	0,00 €	4 210,48 €	0,00 €	0,00 €
FCC Aqualia S.A.	9 743,08 €	0,00 €	0,00 €	9 708,31 €	2 562 000,00 €	11 007,35 €
Total	41 566,90 €	0,00 €	24 479,55 €	46 459,27 €	2 562 000,00 €	545 088,88 €

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Empresa efetuou as seguintes transações com partes relacionadas:

TRANSAÇÕES	Ano 2020			Ano 2019		
	Fornecimentos e serviços externos (Nota 16)	Gastos com o Pessoal (Nota 17)	Juros e gastos similares suportados (Nota 21)	Fornecimentos e serviços externos (Nota 16)	Outros gastos (Nota 19)	Juros e gastos similares suportados (Nota 21)
FCC Aqualia S.A. - Sucursal em Portugal	376 242,06 €	340,00 €	0,00 €	379 636,56 €	0,00 €	0,00 €
Aquamaior - Águas de Campo Maior S.A.	15 478,04 €	0,00 €	0,00 €	7 739,02 €	0,00 €	0,00 €
AqualiaPortugal S.A.	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Hidrotec, Tecnología del Agua, S.L.U.	22 274,39 €	0,00 €	0,00 €	25 230,68 €	0,00 €	0,00 €
FCC Aqualia S.A.	9 743,08 €	0,00 €	55 720,30 €	0,00 €	9 708,31 €	71 949,20 €
Total	423 737,57 €	340,00 €	55 720,30 €	412 606,26 €	9 708,31 €	71 949,20 €

Não existem saldos e transações no período findo em 31 de dezembro de 2020 com a acionista AqualiaPortugal S.A.

12. FORNECEDORES E OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR E ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, as rubricas de "Fornecedores" e "Outras dívidas a pagar" apresentava a seguinte composição:

	Ano 2020	Ano 2019
Fornecedores		
Partes relacionadas (Nota 11)	41 566,90 €	46 459,27 €
Fornecedores C/C	1 269 019,90 €	933 544,48 €
Total	1 310 586,80 €	980 003,75 €

	Ano 2020	Ano 2019
Passivo corrente		
Outras dívidas a pagar		
Pessoal	11,07 €	11,07 €
Fornecedores de investimentos (Nota 11)	24 479,55 €	534 081,53 €
Fornecedores de investimentos (outros)	11 750,00 €	10 264,70 €
Credores por acréscimos de gastos		
Outros acréscimos de gastos	52 002,69 €	54 283,90 €
Devedores e credores diversos		
Outros Credores Diversos - Alvarez	171 363,08 €	169 352,60 €
Outros Credores Diversos - Resíduos Sólidos	65 787,02 €	70 738,65 €
Partes relacionadas (Nota 11) - FCC Aqualia S.A. (Juros)	0,00 €	11 007,35 €
Total	325 393,41 €	849 739,80 €



IS
V
W
H
M.



Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a rubrica “Outras dívidas a pagar” inclui saldos com partes relacionadas nos montantes de 24.479,55 Euros e 545.088,88 Euros, respetivamente (Nota 11).

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a rubrica de “Adiantamentos a fornecedores” apresentava a seguinte composição:

	Ano 2020	Ano 2019
Adiantamentos a fornecedores	3 362,77 €	0,00 €
Total	3 362,77 €	0,00 €

13. CAPITAL PRÓPRIO

Capital subscrito

Em 31 de dezembro de 2019, o capital, totalmente subscrito e realizado, era composto por 5.000 ações com o valor nominal de 10,00 Euros cada. Em 31 de dezembro de 2019 o capital era detido a 100% pela FCC Aqualia S.A.

Em 4 de dezembro de 2020 foi deliberado em Assembleia Geral aumentar o capital social da Empresa de 50.000 Euros para 3.160.000 Euros, sendo o aumento, de 3.110.000 Euros, efetuado pela emissão de trezentas e onze mil novas ações, nominativas, no valor nominal de 10,00 Euros cada, integralmente subscrito e realizado por conversão, em capital, de créditos da acionista sobre a sociedade (Nota 11).

Em 31 de dezembro de 2020, o capital, totalmente subscrito e realizado, era composto por 316.000 ações com o valor nominal de 10,00 Euros cada. Procedeu-se a um aumento de capital em dezembro de 2020 (Nota 11) no total de 3.110.000,00 Euros. A FCC Aqualia S.A. entregou as ações que detinha na Empresa para a sua subsidiária AqualiaPortugal S.A.

Em 31 de dezembro de 2020 o capital era detido a 100% pela AqualiaPortugal S.A.

Reserva Legal

De acordo com a legislação em vigor, uma percentagem não inferior a 5% dos lucros líquidos de cada período, deverá ser transferida para a reserva legal, até que esta atinja 20% do capital. Esta reserva só pode ser utilizada para aumentar o capital ou para cobertura de prejuízos da empresa, depois de esgotadas todas as outras reservas.

Aplicação de resultados

De acordo com a deliberação da Assembleia Geral realizada em 12 de maio de 2020, o resultado líquido do período findo em 31 de dezembro de 2019, no montante de 351.975,46 Euros, foi transferido para a rubrica de resultados transitados.

De acordo com a deliberação da Assembleia Geral realizada em 10 de maio de 2019, o resultado líquido do período findo em 31 de dezembro de 2018, no montante de 391.403,41 Euros, foi transferido para a rubrica de resultados transitados.



IS
M
D
H
6M



14. VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a rubrica “Vendas e prestações de serviços” apresentava o seguinte detalhe:

	Ano 2020	Ano 2019
Vendas		
Abastecimento	1 825 192,67 €	1 782 220,23 €
Saneamento	1 546 608,59 €	1 567 318,98 €
Mercadorias	535,11 €	708,23 €
Serviços prestados	99 401,52 €	194 012,04 €
Subcontratos (1) (Nota 6)	45 533,03 €	51 206,86 €
Total	3 517 270,92 €	3 595 466,34 €

(1) Corresponde à componente de proveitos relacionados na atividade de construção, reparação e manutenção das infraestruturas.

15. CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a rubrica “Custo de Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas” é detalhada como se segue:

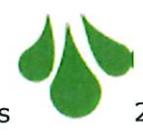
	Ano 2020	Ano 2019
Matérias-primas		
Inventários iniciais	24 272,87 €	25 884,67 €
Compras	1 513 689,66 €	1 376 901,16 €
Inventários finais	0,00 €	24 272,87 €
Total	1 537 962,53 €	1 378 512,96 €

A rubrica “Compras” refere-se na sua totalidade ao valor adquirido de água em 2020, sendo que ao valor indicado deve-se descontar o montante referido na rubrica “Outros rendimentos – Desconto compra de água” no montante de 297.520,62 Euros (293.877,12 Euros em 2019) (Nota 18). Este valor corresponde a 35% de desconto na compra de água, conforme a alteração ao contrato de concessão assinado em 2017 (Nota 9 e 26).

Considerando o acima referido, o valor final da compra de água em 2020 e 2019 deverá ser, respetivamente, de 1.216.169,04 Euros e 1.083.024,04 Euros.



B N D M



16. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a rubrica “Fornecimentos e Serviços Externos” é detalhada como se segue:

	Ano 2020	Ano 2019
Subcontratos (1) (Nota 6)	45 533,03 €	51 206,86 €
Serviços especializados	717 257,23 €	656 454,04 €
Materiais	53 288,09 €	66 019,03 €
Energia e fluidos	135 368,39 €	137 589,82 €
Deslocações, estadas e transportes	6 127,55 €	7 568,21 €
Serviços diversos	207 712,71 €	211 867,46 €
Total	1 165 287,00 €	1 130 705,42 €

(1) Corresponde à componente de custos incorridos na atividade de construção, reparação e manutenção das infraestruturas.

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os gastos incorridos com partes relacionadas foram de 423.737,57 Euros e 412.606,26 Euros, respetivamente (Nota 11).

Em 2020 os gastos relacionados com serviços bancários foram contabilizadas na rubrica de “Fornecimentos e Serviços Externos” (Nota 19). Num total de 60.823,34 euros na rubrica de “Serviços Especializados”.

17. GASTOS COM O PESSOAL

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a rubrica “Gastos com o Pessoal” é detalhada como se segue:

	Ano 2020	Ano 2019
Remunerações	306 228,04 €	310 934,80 €
Encargos sociais	82 150,88 €	69 729,67 €
Seguros de acidentes de trabalho	3 478,83 €	5 738,43 €
Outros gastos com o pessoal	26 475,07 €	32 595,27 €
Total	418 332,82 €	418 998,17 €

O número médio de colaboradores ao serviço da Empresa, repartido por empregados e assalariados foi no período findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019, de 21 colaboradores.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, os gastos incorridos com partes relacionadas foram de 340,00 (Nota 11).

18. OUTROS RENDIMENTOS

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a rubrica “Outros rendimentos” é detalhada como se segue:

	Ano 2020	Ano 2019
Outros rendimentos - Desconto compra de água (Nota 15)	297 520,62 €	293 877,12 €
Outros rendimentos	5 875,16 €	10 162,50 €
Total	303 395,78 €	304 039,62 €



ES
H
V
H
06



No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a rubrica “Outros rendimentos – Desconto compra de água” inclui o montante de 297.520,62 Euros, em 2019 era de 293.877,12 Euros refere-se aos rendimentos a faturar relacionados com o desconto na compra de água (Nota 9, 15 e 26).

19. OUTROS GASTOS

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a rubrica “Outros gastos” apresentava a seguinte decomposição:

	Ano 2020	Ano 2019
Impostos e taxas	66 807,38 €	53 480,23 €
Donativos	0,00 €	500,00 €
Quotizações	0,00 €	1 070,00 €
Multas e penalidades	250,00 €	0,00 €
Serviços bancários	0,00 €	64 057,65 €
Dívidas incobráveis (Nota 22)	11 229,34 €	24 447,61 €
Juros de Mora	8 922,03 €	7 416,67 €
Outros gastos	1 200,67 €	207,33 €
Total	88 409,42 €	151 179,49 €

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 os “Outros gastos” incorridos com partes relacionadas ascendem a 0,00 Euros e a 9.708,31 Euros, respetivamente (Nota 11).

Em 2020 os gastos relacionados com “Serviços bancários” foram contabilizadas na rubrica de “Fornecimentos e Serviços Externos” (Nota 16). Num total de 60.823,34 euros na rubrica de “Serviços Especializados”.

20. GASTOS DE DEPRECIAÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o detalhe da rubrica de “Gastos de depreciação e de amortização” era o seguinte:

	Ano 2020	Ano 2019
Ativos fixos tangíveis		
Equipamento básico (Nota 6)	3 923,80 €	1 430,35 €
Ativos intangíveis		
Outros ativos intangíveis (Reversíveis) (Nota 6)	284 218,55 €	284 218,55 €
Total	288 142,35 €	285 648,90 €

21. JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS

A rubrica “Juros e gastos similares suportados” apresentava no período findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a seguinte composição:

	Ano 2020	Ano 2019
Juros suportados		
Juros de financiamentos obtidos (Nota 11)	55 720,30 €	71 949,20 €
Total	55 720,30 €	71 949,20 €



F 4 17
y G1.



22. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas ("IRC") à taxa de 21%, nos termos do artigo 87º do Código do IRC, que pode ser incrementado pela derrama até à taxa máxima de 1,5% do lucro tributável dependendo do município onde opera. No Município de Elvas, a derrama é de 0,4%, resultando numa taxa de imposto agregada máxima de 21,4%.

Para o período de 2020, os referidos lucros tributáveis são sujeitos a derrama estadual conforme segue:

- 3% para lucros tributáveis entre 1.500.000 Euros e 7.500.000 Euros;
- 5% para lucros tributáveis entre 7.500.000 Euros e 35.000.000 Euros;
- 9% para lucros tributáveis superiores a 35.000.000 Euros.

Nos termos do artigo 88º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, a Empresa encontra-se ainda sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais dos anos de 2017 a 2020 poderão ainda vir a ser sujeitas a revisão.

O Conselho de Administração entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

Nos termos da legislação em vigor, os prejuízos fiscais (PF) apurados entre 2017 e 2019 são reportáveis durante um período de cinco anos (doze anos para os PF apurados em 2020). Adicionalmente, a dedução dos prejuízos fiscais reportáveis está limitada a 70% do lucro tributável (80% a partir de 2020).



F u W
p d.



Os gastos com impostos sobre o rendimento em 31 de dezembro de 2020 e 2019 são detalhados conforme segue:

	Ano 2020	Ano 2019
Resultado antes de impostos	223 823,02 €	459 163,45 €
Amortização de investimentos reversíveis não aceites (Nota 20)	284 218,55 €	284 218,55 €
Donativos	0,00 €	500,00 €
Multas, coimas, juros compensatórios e demais infrações	330,71 €	7 416,67 €
Benefícios Fiscais - RCCS	(140 000,00) €	0,00 €
Créditos incobráveis não aceites (Nota 19)	11 229,34 €	24 447,61 €
Imparidade não aceite	40 743,38 €	21 067,01 €
Reversão imparidade (Nota 9)	(11 229,34) €	(24 740,98) €
Amortização de investimentos reversíveis aceites	(238 396,52) €	(234 620,20) €
Lucro tributável	170 719,14 €	537 452,11 €
Prejuízos reportados de anos anteriores	0,00 €	0,00 €
Matéria coletável	170 719,14 €	537 452,11 €
Coleta	35 251,02 €	112 264,94 €
Derrama Municipal	682,88 €	2 149,81 €
Tributações autónomas	2 733,92 €	3 387,29 €
Imposto corrente do exercício	38 667,81 €	117 802,04 €
Pagamento especial por conta	0,00 €	0,00 €
Retenções na fonte	0,00 €	0,00 €
Pagamento por conta (Nota 8)	106 653,00 €	119 259,00 €
Total IRC a pagar/(recuperar)	(67 985,19) €	(1 456,96) €
Imposto corrente do exercício	38 667,81 €	117 802,04 €
Imposto diferido ativo (Nota 7)	(9 805,91) €	(10 614,05) €
Imposto do exercício	28 861,90 €	107 187,99 €

As diferenças temporárias relativas a amortizações de investimentos reversíveis correspondem à diferença existente entre as amortizações contabilísticas do ativo intangível (pelo período da concessão) e as amortizações aceites para efeitos fiscais.

No exercício de 2020, a Empresa utilizou a Remuneração Convencional do Capital Social (RCCS), o qual é um incentivo fiscal previsto no artigo 41º -A do Estatuto dos Benefícios Fiscais. Este benefício consiste na dedução ao lucro tributável de uma parte das entradas de capital efetuadas pelos acionistas à sociedade. Este benefício consiste na dedução ao lucro tributável de 7% das entradas realizadas em cada exercício, com o limite de 2.000.000,00 Euros, ou seja, um limite de benefício fiscal de 140.000 Euros em 2020 e nos cinco anos seguintes).

A dedução ao lucro tributável é efetuada no exercício em que são realizadas as entradas e nos cinco períodos de tributação seguintes. Consequentemente, o benefício fiscal reportável para os exercícios seguintes ascende a 700.000,00 Euros.

23. ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, não existiam na Aquaelvas ativos ou passivos contingentes, nem conhecimento de que pudessem vir a registar-se, relativamente ao período em questão.



Handwritten initials in blue ink, possibly "F N M" and "FCC".

24. MÚTUOS E GARANTIAS

Continuidade das operações

Risco de liquidez

Este risco tem origem nos desfasamentos temporais entre os recursos gerados pela atividade e as necessidades de fundos para corresponder ao pagamento das dívidas, circulante, etc.

Em 31 de dezembro de 2020, a empresa apresentava Caixa e equivalentes no montante de 636.872,42 Euros, tendo gerado um fluxo de caixa das atividades operacionais de 664.502,39 Euros, não existindo qualquer dívida financeira de curto prazo. Em 31 de dezembro de 2020, a empresa apresentava um passivo corrente inferior ao ativo corrente em, 881.536,43 Euros, sendo que naquele passivo se incluem 66.046,45 Euros de dívidas a empresas do Grupo (Nota 11).

Os Administradores da Aqualvas elaboraram o presente Relatório e apresentam estas Contas Anuais com base na aplicação do princípio da continuidade das operações, uma vez que não têm dúvidas quanto à capacidade da empresa e do Grupo FCC em gerar recursos das suas operações.

Os principais objetivos do Plano Estratégico em que a empresa e o Grupo estão empenhados são os seguintes:

- Melhorar substancialmente a rentabilidade das atividades desenvolvidas pelo Grupo;
- Reduzir a dívida financeira líquida, através do desinvestimento em negócios não estratégicos;
- Localizar o investimento nos negócios que oferecem um maior retorno e possibilidades de desenvolvimento, quer diretamente quer através de sócios financeiros;
- Adequar a estrutura organizacional e os sistemas de gestão a este novo cenário.

Todos estes fatores, juntamente com as diretrizes estratégicas implementadas e anteriormente referidas devem contribuir para uma melhoria significativa do resultado bruto de exploração do Grupo onde a Empresa está inserida, uma melhor gestão do capital corrente e dos riscos associados à sua expansão internacional e para a diminuição do seu endividamento financeiro líquido. O objetivo proposto no referido Plano Estratégico é aumentar a margem bruta de exploração assim como reduzir o endividamento financeiro líquido do Grupo para níveis que se consideram adequados e de acordo com as características e recorrência de grande parte dos negócios do Grupo.

Nota de garantias

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Aqualvas não é garante do acordo de refinanciamento do grupo FCC.



IS N H
4 611



25. LOCAÇÕES

Locações operacionais

Foram celebrados contratos de *renting* com a empresa Leaseplan.

Sendo que os mesmos foram renovados no final de 2018 por períodos de 36, 48 e 60 meses. Em 2020 foi efetuado um novo contrato pelo período de 36 meses e renovado outro contrato por mais 6 meses.

Durante os meses remanescentes prevê-se que venham a ser pagos 22.920,30 Euros, que se discriminam da seguinte forma:

Ano	Ano 2020	Ano 2019
2020	0,00 €	27 905,52 €
2021	18 098,05 €	7 112,16 €
2022	4 353,87 €	0,00 €
2023	468,39 €	0,00 €
TOTAL	22 920,30 €	35 017,68 €

26. OUTROS ASSUNTOS

No dia 26 de julho de 2017 foi assinada uma alteração do Contrato de Concessão, cujas principais modificações dizem respeito ao facto de a Concessionária passar a dispor de uma nova Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) e várias Estações Elevatórias, para sua gestão e consequentemente manutenção, e a uma ampliação em investimentos anuais em renovação das redes, quer de abastecimento quer de saneamento.

Nessa mesma alteração ao contrato de concessão é referido que a Concessionária adquire a posição contratual do Município de Elvas no contrato de fornecimento de água em alta existente com a Águas do Vale do Tejo (AdVT), mantendo o direito a um desconto de 35% do valor total da água em alta adquirida, desconto esse que se destinaria a compensar um conjunto de custos de gestão de infraestruturas incorridos pela Empresa e que eram encargo da entidade fornecedora de água em alta. Não obstante essa situação constar do contrato de concessão assinado entre a Empresa e o Município de Elvas, com a alteração ao mesmo Contrato de Concessão, as faturas da água em alta que eram anteriormente emitidas pelo Município de Elvas com o respetivo desconto de 35%, passaram a ser emitidas pela Águas do Vale do Tejo diretamente à Empresa. Tais faturas, no entanto, foram emitidas pelo montante total, sem incluir qualquer referência ao desconto de 35%, mencionado no aditamento ao Contrato de Concessão.

Acresce referir que, as faturas da compra foram sendo registadas na íntegra na contabilidade da Empresa, apesar da Aqualvas apenas estar a liquidar 65% das mesmas. Consequentemente, em 31 de dezembro de 2020, existe um passivo associado aos 35% da compra da água do período acima referido, no montante de 1.028.622,07 Euros.

No início de 2020, foi celebrado um acordo entre o Município de Elvas e a Águas do Vale do Tejo, que regula o apuramento e a forma de liquidação das despesas que seriam da responsabilidade desta última, enquanto fornecedora de água em alta, mas que foram incorridas pela gestão do sistema de distribuição de água em baixa, estando apenas pendente de formalizar, através de acordo ou outro tipo de compromisso entre o Município de Elvas e a Empresa, a forma como esta será compensada das despesas que realizou e que correspondem ao desconto de 35% que anteriormente era aplicado.



BN
↓
↓
↓
↓



A Empresa mantém nas suas contas, a 31 de dezembro de 2020, um saldo de clientes a receber por parte do Município de Elvas no valor total de 486.062,07 Euros (Nota 9), referente ao período que vai desde 01 de agosto de 2017 a 31 de janeiro de 2019, assim como um acréscimo de rendimentos relacionado com a situação acima descrita, no valor total de 570.072,94 Euros (Nota 9).

O Município de Elvas emitiu e entregou à Aqualvas em 2021 uma declaração, com indicação de que será assegurada a regularização, a favor desta, dos valores atribuídos aos custos incorridos pela mesma com a gestão das infraestruturas de água em alta, valores esses que foram, inclusivamente, incluídos no Orçamento Municipal para o ano de 2021, aprovado pela Assembleia Municipal na sua sessão de 20 de novembro de 2020.

Em face da informação disponível, a Aqualvas tem a firme convicção de que será possível formalizar um acordo entre todas as partes interessadas, que reconheça o direito desta a ser compensada dos custos que tem vindo a suportar com a gestão das infraestruturas de água em alta.

27. CONSEQUÊNCIAS E MEDIDAS NO ÂMBITO DA PANDEMIA POR COVID-19

A pandemia de COVID-19 teve um ligeiro impacto nas Demonstrações Financeiras, tanto do ponto de vista operativo, como do ponto de vista da liquidez da empresa.

As diferentes medidas tomadas pelo Governo Português relativas à abertura e encerramento de negócios, escolas, etc., durante o ano 2020, resultaram numa alteração do consumo da água, sendo que o volume de água que tradicionalmente era fornecido para o sector “não-doméstico” (empresas, restaurantes, hotéis, etc.) diminuiu consideravelmente, ao mesmo tempo que o volume de água de tipo “doméstico” (casas, lares, etc.) teve um aumento considerável no período em análise.

Em termos de gestão operacional, a crise gerada pelo COVID-19 teve um impacto limitado na empresa, uma vez que a atividade da Aqualvas é considerada como serviço essencial, não tendo existido praticamente interrupções na atividade ou perdas de rentabilidade na maior parte dos ativos.

Em termos de liquidez, a empresa manteve as contas bancárias equilibradas, apesar de se ter verificado uma diminuição nas cobranças e um aumento da dívida de clientes. Esta situação é devida principalmente às medidas adotadas pelo Estado Português para os serviços públicos, proibindo a interrupção do serviço de fornecimento de água e permitindo aos consumidores com pagamentos em atraso, solicitar à empresa um plano de pagamento em prestações (adequadas aos seus rendimentos atuais). Apesar destes factos, a empresa mantém uma posição financeira confortável contra qualquer possível défice de liquidez.

Como resultado da situação criada pela crise do COVID-19, a empresa procedeu a uma análise para verificação das principais rubricas que poderiam ser afetadas nas Demonstrações Financeiras, designadamente as seguintes:

- Ativos fixos tangíveis e intangíveis: foram revistos os valores dos ativos fixos tangíveis e intangíveis e provisionados no caso de existirem sinais de imparidade.
- Dívidas de clientes: não foram identificados problemas significativos, além dos mencionados anteriormente. Não existiram nas Demonstrações Financeiras perdas por imparidade materiais que não tenham sido registadas.
- Ativos por impostos diferidos: as assunções (tanto em termos operacionais como em termos fiscais) relativamente à recuperação deste ativos, contempladas em dezembro de 2019, foram atualizadas. Em qualquer caso, foi usado o mesmo critério que no ano anterior, uma vez que o impacto do COVID-19 não implica reversões dos ativos por impostos diferidos ou modificações significativas na sua valorização.



- Provisões: foram revistas e consideradas adequadas para cobrir todos os riscos considerados como prováveis.

Com base em tudo o que foi exposto anteriormente e tendo em consideração o impacto limitado, as medidas tomadas para garantir que os ativos não se encontram em imparidade e a possível existência de défice de liquidez, a empresa preparou as Demonstrações Financeiras com base no princípio da continuidade das operações, uma vez que este não está em causa.

28. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não ocorreram acontecimentos subsequentes que impliquem ajustamentos e/ou divulgação nas contas do período.

O CONTABILISTA CERTIFICADO

NIF 235776157
 Membro Nº 89865

Tiago Manuel Santos

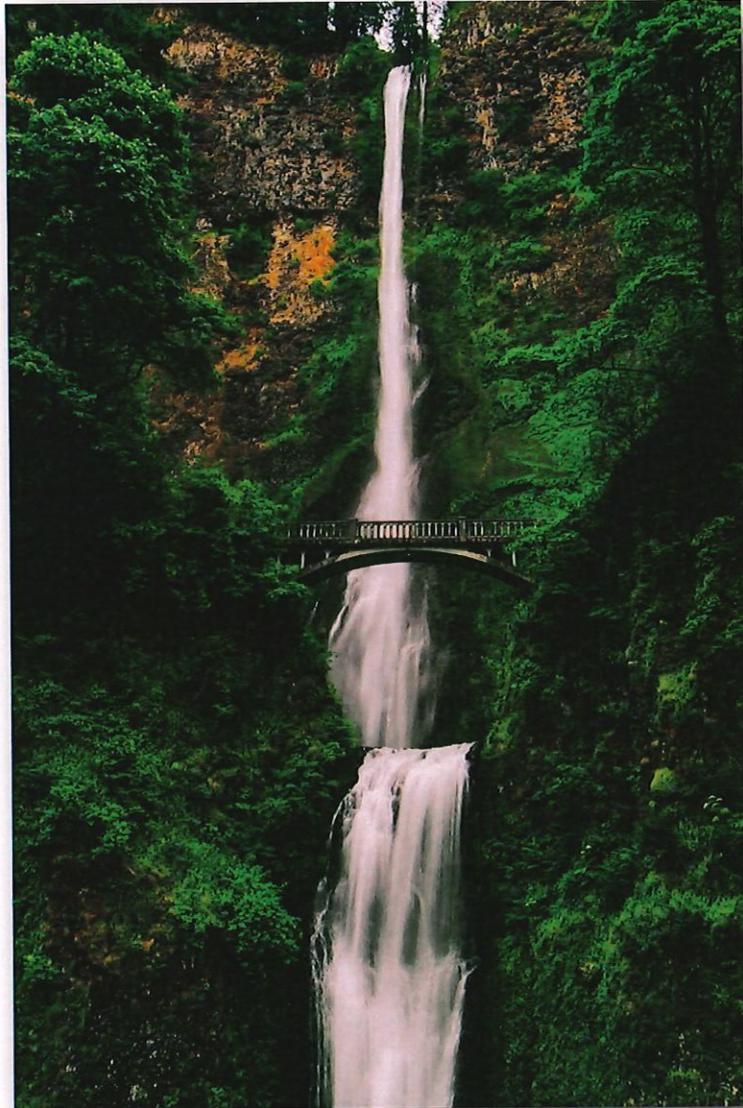
O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

R. Mendez





Handwritten initials and a checkmark in the top right corner.



4. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Aqualvas – Águas de Elvas, S.A. (“Entidade”), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2020 (que evidencia um total de 8.024.225 Euros e um total de capital próprio de 4.481.293 Euros, incluindo um resultado líquido de 194.961 Euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Entidade em 31 de dezembro de 2020 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase

Conforme referido em maior detalhe na Nota 26 do anexo às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2020 a Entidade mantém contas a receber do Município de Elvas (“Município”) e acréscimos de rendimentos no montante total de 1.056.135 Euros (758.614 Euros em 31 de dezembro de 2019), respeitantes a um direito contratual da Entidade, estabelecido na Alteração do Contrato de Gestão ocorrida em julho de 2017, referente a um desconto de 35% do valor total da água em alta adquirida pela Entidade. Contudo, até 31 de dezembro de 2020, verifica-se que o contrato de fornecimento de água em alta se encontra a ser faturado à Entidade diretamente pela Águas do Vale do Tejo (“AVT”), sem o referido desconto, mantendo a Entidade contas a pagar à AVT no montante de 1.028.622 Euros (722.014 Euros em 31 de dezembro de 2019) referente àquela parcela que a Entidade não tem vindo a liquidar. À data deste relatório, prosseguem as negociações sobre a forma de satisfação do direito contratual da Entidade e da regularização do passivo supra referido, sendo convicção do Conselho de Administração que não se antecipa qualquer perda naqueles montantes líquidos com referência a 31 de dezembro de 2020.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.



“Deloitte” refere-se a uma ou mais firmas membro e respetivas entidades relacionadas da rede global da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”). A DTTL (também referida como “Deloitte Global”) e cada uma das firmas membro são entidades legais separadas e independentes, que não se obrigam ou vinculam entre si relativamente a terceiros. A DTTL e cada firma membro da DTTL e entidades relacionadas são responsáveis apenas pelos seus próprios atos e omissões e não das restantes. A DTTL não presta serviços a clientes. Para mais informação aceda a www.deloitte.com/pt/about.

Tipo: Sociedade Anónima | NIPC e Matrícula: 501776311 | Capital social: € 500.000 | Sede: Av. Eng. Duarte Pacheco, 7, 1070-100 Lisboa | Escritório no Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 – 13º, 4150-146 Porto



15 668746

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

NB

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com o órgão de gestão, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 15 de abril de 2021



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Nuno Bettencourt Pereira, ROC

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

**Ao Acionista da
Aquaelvas – Águas de Elvas, S.A.**

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à Vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a atividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas da Aquaelvas – Águas de Elvas, S.A. (“Entidade”), relativos ao ano findo em 31 de dezembro de 2020, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que consideramos adequada, a evolução da atividade da Entidade, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor tendo recebido do Conselho de Administração e dos diversos serviços da Entidade as informações e os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos o balanço em 31 de dezembro de 2020, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa para o ano findo naquela data e o correspondente anexo. Adicionalmente, procedemos a uma análise do Relatório de Gestão do ano de 2020 preparado pelo Conselho de Administração e da proposta de aplicação de resultados nele incluída. Como consequência do trabalho de revisão legal efetuado, emitimos nesta data a Certificação Legal das Contas, que se dá aqui por integralmente reproduzida, que não inclui reservas e contém uma ênfase.

Face ao exposto, somos de opinião que, tendo em consideração o referido na secção “Ênfase” da Certificação Legal das Contas, as demonstrações financeiras supra referidas e o Relatório de Gestão, bem como a proposta de aplicação de resultados nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em Assembleia Geral de Acionistas.

Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração e aos serviços da Entidade o nosso apreço pela colaboração prestada.

Lisboa, 15 de abril de 2021

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Nuno Bettencourt Pereira, ROC



“Deloitte” refere-se a uma ou mais firmas membro e respetivas entidades relacionadas da rede global da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”). A DTTL (também referida como “Deloitte Global”) e cada uma das firmas membro são entidades legais separadas e independentes, que não se obrigam ou vinculam entre si relativamente a terceiros. A DTTL e cada firma membro da DTTL e entidades relacionadas são responsáveis apenas pelos seus próprios atos e omissões e não das restantes. A DTTL não presta serviços a clientes. Para mais informação acesse a www.deloitte.com/pt/about.

Tipo: Sociedade Anónima | NIPC e Matrícula: 501776311 | Capital social: € 500.000 | Sede: Av. Eng. Duarte Pacheco, 7, 1070-100 Lisboa | Escritório no Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 – 13º, 4150-146 Porto



IS 668746